

ATA NÚMERO 16

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, António José Dinis Mesquita, Maria do Rosário de Magalhães **Loureiro**, Raimundo Magalhães, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães Carlos Gonçalo Teixeira Pereira e Amadeu Magalhães, respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Octávia Manuel Clemente, Maria José Castelo Branco, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, **Márcia Andreia Teixeira Sampaio**, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, **Rui Miguel Borges**, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e **José Augusto Carvalho Pinto da Silva**.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro

TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÂRZEA –
Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS
E GATÃO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO
DE REI – Ângelo Magalhães,
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO
– **Faltou**
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa
Leite
VILA MEÃ – **Torcato Ferreira** em substituição de Lino dos Santos
Macedo,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA –
António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Alexandra Matias, Fernando Miguel Sousa Cardoso, Hugo Carvalho, Américo Paulo da Silva Ribeiro e o Presidente da Junta de Freixo de Cima e Freixo de Baixo, o senhor Alfredo Teixeira de Carvalho e o senhor Presidente da Junta de Vila Meã, o senhor Lino dos Santos Macedo.

Tomou posse nesta reunião **Márcia Andreia Teixeira Sampaio**, que substituiu o senhor Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião ordinária de 30 de setembro. Foram feitas algumas correções solicitadas pelo senhor deputado municipal António Araújo. Feita a correção, passou-se de imediato à votação da referida ata. De acordo com o novo Código de Procedimento Administrativo não votaram esta ata os senhores: Rui Miguel Borges, Márcia Andreia Teixeira Sampaio, Sílvia Mota, José Augusto Carvalho Pinto da Silva, Maria José Castelo Branco, Carlos António da Silva Carvalho e Torcato Ferreira, pelo facto de não terem estado presentes na reunião de trinta de setembro último.

Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida até ao dia da presente reunião.

Encerrado este assunto, o senhor **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA**, deu continuidade aos trabalhos, passando-se então ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra o senhor deputado começou por dizer que não se justifica o atraso que agora se verifica na comunicação das atas das reuniões do Executivo. Disse ainda que as declarações de voto dos senhores Vereadores, relativas aos assuntos que vão a discussão à Assembleia Municipal deviam constar junto da restante documentação. Disse ainda que não recebeu alguns dos documentos relativos a assuntos que fazem parte da Ordem de Trabalhos da reunião de hoje, nomeadamente o Relatório de Atividades e o ponto número seis. Terminou a intervenção perguntando ao senhor Presidente da Câmara quando é que era aberta a Estação de Gatão, uma vez que até àquela data não houve nenhum desenvolvimento acerca desta matéria.

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra começou por dizer que registava com agrado a alteração da iluminação pública em algumas das ruas do nosso concelho. É um sinal de modernidade e que traz grandes benefícios financeiros e ambientais. A questão que se coloca é a de saber se os encargos que advirão quando tiver de haver manutenção, se serão da concessionária EDP, ou se serão da responsabilidade da Câmara Municipal?

A segunda questão que colocou prendeu-se com o eventual acordo de alteração da rede de baixa tensão compreendida entre a rotunda de S. Lázaro e o largo de Santa Luzia; Isto é passar a rede aérea existente para subterrânea. Segundo sabe o acordo consiste em que a EDP fará toda a parte elétrica e a Câmara colaboraria com a abertura e fecho de valas, incluindo a zona da Ponte Sêca. Gostaria pois de saber se este acordo aconteceu e se não aconteceu, qual das partes é que falhou?

Disse de seguida que sendo Amarante uma terra de turismo, não se compreende que no percurso compreendido entre o largo do Arquinho e a Ponte de S. Gonçalo, não exista uma única papeleira para se poder depositar o lixo. Outro problema ali existente são as caixas de gás que se encontram em mau estado, sendo que uma colocada junto ao restaurante Zé da Calçada está mesmo em muito mau estado tornando-se perigosa para os transeuntes que passem junto a ela. Pede pois que a Câmara procure solucionar o problema.

A última questão prendeu-se com a rede de saneamento na freguesia de Jazente, que drena para uns poços sumidouros que começam a ficar saturados. Sendo assim, questionou quando é que entra em funcionamento a ETAR de S. Simão, que contempla toda a bacia do rio Ovelha, e que parece já estar concluída?

ANTÓNIO RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Na Assembleia Municipal do dia 30 de abril de 2014, os deputados municipais do Partido Socialista, José Joaquim Teixeira e José Freitas Ribeiro, no uso da palavra, referiram que no seguimento da visita efetuada ao Centro de Saúde de Amarante pela concelhia do PS em conjunto com a Federação Distrital do Porto e a sua seção setorial da saúde e com o grupo parlamentar na Assembleia da República, era intenção do Ministério de Saúde de então encerrar vários serviços do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa e esvaziar o

nosso Hospital de S. Gonçalo e, se isso ainda não bastasse, pretendia ainda, encerrar as extensões de saúde de Jazente e de Vila Caiz para dessa forma também instalar o caos no Centro de Saúde de Amarante. Dizia o Sr. José Freitas Ribeiro que não precisávamos que nos fechassem o posto médico de Vila Caiz mas precisávamos sim, de mais um médico de modo a que todas as pessoas de Vila Caiz tivessem direito a um médico de família.

Em resposta a tais intervenções, vim a este mesmo local, desafiar o Partido Socialista a apresentar documentos que referissem tais intenções, nomeadamente quanto ao fecho da extensão de Vila Caiz. Pois bem, hoje tenho a informar esta Assembleia que a extensão de saúde de Vila Caiz não fechou e que em momento algum até à presente data esteve em causa o seu encerramento. Espero agora, com este Governo, com este Ministério da Saúde, com este grupo parlamentar, com a Federação Distrital do PS e a sua secção setorial de saúde e com o PS de Amarante, que tal situação também nunca venha sequer a ser equacionada e muito menos levada à prática.

Em conclusão, se é verdade que o encerramento não aconteceu, nem esteve em causa é também verdade que o quadro médico não foi aumentado, embora tenha fundadas expectativas que a curto prazo tal situação seja alterada, pois o PS agora no poder, porá em prática o que defendeu enquanto oposição. Palavra dada é palavra honrada”.

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

A senhora deputada, no uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve: “As últimas eleições autárquicas já se realizaram há mais de dois anos, mais concretamente no dia 29 de Setembro de 2013, e com exceção da freguesia de Gouveia (S. Simão), todas as freguesias do Município de Amarante procederam à instalação dos seus órgãos.

Até à presente data, os eleitos apenas foram convocadas para duas reuniões ordinárias, uma no dia 18 e outra no dia 23 de Outubro de 2013, nunca tendo sido constituído qualquer órgão nesta Freguesia, ao arrepio de toda a legislação eleitoral e complementar.

Competia a quem ganhou as eleições estabelecer pontes para a governabilidade e quem tinha responsabilidade para o fazer não o fez.

Por decisão própria, mantiveram-se em funcionamento os elementos da anterior Junta, optando ficar em gestão corrente até ao final do mandato, numa situação de manifesta ilegalidade, prejudicando a Freguesia, a sua população de uma forma inaceitável.

Decorridos mais de dois anos do ato eleitoral, sem que quaisquer medidas tenham sido tomadas pelo órgão da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Amarante, conhecedora destes factos, todos os eleitos que fazem parte da lista do Movimento Independente Amarante Somos Todos e da lista do Partido Socialista, por carta registada com aviso de receção, renunciaram ao seu mandato.

Temos de saudar os que se manifestaram contra e renunciaram, com vista a que seja devolvido ao povo a sua voz para dizer o que quer”.

Continuou a intervenção para dizer ainda que: “Temos conhecimento e é público que há um grande descontentamento dos munícipes relativamente às Águas do Noroeste, S.A, agora denominadas Águas do Norte.

Há queixas dos munícipes que vão desde reclamações de faturação a sítios no concelho onde a contagem da água apenas foi realizada uma única vez. Gostaríamos de saber qual a posição do Município de Amarante na resolução destas questões?

Existe uma definição clara do investimento que a empresa vai fazer no que respeita à manutenção, recuperação e ampliação da rede de abastecimento de águas no concelho? Se tem conhecimento e o que está a ser feito?

Por último, foram intentadas ações com vista à impugnação do processo de fusão das várias empresas nas Águas do Noroeste, tendo o Município de Amarante sido um dos participantes nessas ações. Em que ponto estão e qual a intenção do Município relativamente à continuidade dessas ações?"

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que a intervenção do PS no que diz respeito à saúde em Amarante, apenas foi baseada na informação do responsável pela saúde em Amarante, informação essa relativa ao fecho do Centro de Saúde de Vila Caíz. Concluiu dizendo que "Depois do repto que o senhor Presidente da Junta de Vila Caíz nos deixou, podemos dar-lhe a certeza que o PS, independentemente de quem estiver no Governo, defenderá intransigentemente o Centro de Saúde de Vila Caíz. Não tenha dúvidas nenhuma disso".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado começou por dar uma saudação especial ao senhor Vereador Amadeu Magalhães que se encontrava a substituir o senhor Vereador Pedro Barros. Disse que não era para usar da palavra, dado o momento natalício que vivemos, mas como a Dra. Flávia veio falar em S. Simão, sentiu-se na obrigação de usar da palavra, até porque acompanhou o assunto de S. Simão muito de perto. "O Movimento já fez o que tinha a fazer. Fez queixa ao Ministério Público a denunciar ter havido ilegalidades. O processo está no Tribunal Administrativo e sendo assim, a intervenção da Dra. Flávia é algo extemporânea, embora fossem negociações malogradas, a culpa de não ter havido uma solução para S. Simão foi do Movimento, uma vez que se fizeram várias reuniões para resolver o assunto. Penso que o líder do Movimento tinha interesse em que o assunto tivesse sido resolvido. Só por resistência absolutamente inultrapassável dos membros do Movimento de S. Simão não foi encontrada uma solução. A solução era razoável e até foi oferecido um lugar no Executivo. Também se tentou iniciar um processo de negociação com o PS. Não se conseguiu, porque eu próprio falei várias vezes com o Presidente da Concelhia do PS, mas não consegui fazer nenhuma reunião nesse sentido. Foram dados vários passos para resolver o assunto. Aliás, o PSD resolveu assuntos idênticos com o PS logo no início deste processo. Se o PSD tivesse tido a mesma atitude do Movimento, algumas Juntas do PS ainda não tinham o problema resolvido.

Nós, pensando que a democracia deve funcionar em pleno e uma vez que houve uma lista que ganhou, podia dar-se-lhe oportunidade de governar, embora com algumas adaptações, tendo em conta os resultados. Foi uma proposta que se fez ao Movimento e ao PS. Com certeza que seria feita a

mesma proposta se tivessem havido negociações formais. Nós resolvemos ao PS, que me lembre, o problema para Louredo e Travanca, onde não inviabilizamos a instalação dos órgãos do PS. Podia-se ter feito o mesmo em S. Simão. Não o fizeram, mas a Junta está bem, está em funções segundo sei, os Fregueses também não têm sido prejudicados. Tem havido investimento na freguesia como sempre houve. O processo está no Tribunal Administrativo e há-de correr os seus trâmites. O Tribunal vai decidir. O que é um pouco estranho, é que depois de ter havido a denúncia do Movimento ao Tribunal Administrativo, se venha agora falar no assunto. O problema deixou de ser político e passou a ser jurídico".

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que de uma forma muito breve, ainda que ainda não se sinta na obrigação de o fazer, "Trazia uma informação acerca da Escola Profissional António do Lago Cerqueira, mais conhecida por EPALC, até porque admite haver alguma cumplicidade e de envolvimento institucional do Município com a Escola hoje, e também para que todos saibam porque no passado reclamava muitas vezes que devíamos dispor de algumas informações, nomeadamente das instituições a que o Município estava ligado, ou a quem daria apoio, ou que tinham alguma cumplicidade institucional. Portanto é meu dever trazer aqui algumas informações.

Não vos quero falar do passado, porque entendo que todos o conhecem. O passado de mérito, com certeza em relação ao mérito que deu à formação de muitos jovens, mas também um passado que trouxe em muitas ocasiões dificuldades várias para o Município e também para os vários Executivos do Município. Mas também lembrar que o Município sempre mostrou disponibilidade para contribuir para a manutenção da Escola, mesmo sabendo que nem sempre o seu contributo ajudava à criação de condições para uma Escola longa e duradoura. Mas tem de facto um história longa e grande. Portanto, quero, por razões óbvias, falar-vos do último ano. O Município mesmo assim, no primeiro semestre de 2014, votou o apoio de um subsídio considerável para a Escola. Foi insuficiente porque em junho ou julho, um professor pediu a insolvência da empresa que geria a escola e como sabem o Município também fazia parte. Em quatro de novembro de 2014, por decisão do Tribunal, foi considerada insolvente a empresa que geria a Escola e que na altura se chamava Ensino Profissional de Entre Douro e Tâmega.

Depois dessa data surgiram muitas dúvidas, muitas incertezas e muitas indecisões. Observado o problema e numa primeira análise, depois de se perceber o interesse do Município pela Escola, foi-me particularmente feito o desafio de poder avaliar um projeto que criasse condições para a manutenção da Escola, e de acordo com o Executivo, se pudessem ainda criar condições para que os alunos que frequentavam a Escola terminassem o seu ciclo com a menor perturbação possível. Aceitei o desafio e depois de uma primeira análise, parecia-me que a Escola tinha todas as condições para continuar. Aliás o futuro passa muito pelo ensino. A entidade que fosse gerir a Escola devia situar-se entre aquilo que é público, sob o ponto de vista daquilo que deviam ser os capitais públicos e aquilo que é privado. Devia fugir ao lucro, mas também não fosse da responsabilidade pública, procurando até, como muita gente defende que ela seja da comunidade onde esta encontra resposta para os problemas educativos. E foi isso que aconteceu. A entidade que gere

a Escola é uma entidade particular-cooperativa e conseguiu com mérito terminar o ano. Os alunos terminaram o ano, evitaram-se algumas convulsões, mantiveram-se os postos de trabalho que lá estavam, dos professores e dos funcionários que lá trabalham. Os alunos terminaram o ano com aproveitamento e iniciou-se um outro ano letivo. Surgiu uma dificuldade porque já há dois ou três anos que não havia cursos ligados à área agrícola e da vinha e só tinha aberto uma turma no ano letivo 2014/2015. De acordo com o normativo é fácil aprovar cursos de continuidade, mas não é fácil aprovar novos cursos. Corremos aqui o risco da Escola não ter condições e não ter orçamento para a sua viabilidade. A Escola conseguiu abrir duas turmas de primeiro ano, porque há dois anos que não havia mais que uma turma. Conseguiu-se manter o número de alunos que com uma gestão cuidada permite manter um orçamento funcional. Mas há ainda alguns problemas que queremos aqui trazer muito rapidamente.

Não adianta fazer considerações elogiosas a uns e injuriosas a outros. Quando se fala em educação devemos estar todos preocupados com o mérito e a excelência da Escola e com as condições para os nossos alunos. A Escola, enquanto unidade formativa é muito importante, mas também o é enquanto unidade de prestação de serviços, porque tem um orçamento de setecentos mil euros por ano. Não são muitas as unidades produtivas em Amarante que têm um orçamento desta dimensão. Nós fizemos uma opção diminuindo aos corpos diretivos. Eu próprio exerço sem qualquer remuneração. Há ainda outras pessoas que estão em funções de gestão e também nada recebem. Fizemos então a opção de ter um Diretor Pedagógico a tempo inteiro ao invés de assinar as pautas das notas no final dos períodos.

Precisamos de pensar todos ao nível das instalações. Se Amarante quer a Escola, temos que perceber que as instalações não servem e é preciso dotá-las de condições ligadas aos cursos da vinha e da agricultura. Os orçamentos são muito difíceis. O Ministério é de facto o principal adversário das Escolas Profissionais. A única transferência que o Ministério da Educação fez foi em março de 2015, que era de mais ou menos o valor necessário para apenas um trimestre. Já estamos no final de dezembro e ainda não está transferida qualquer verba. Disponibilizo-me eu, o Dr. Carlos Silva e o Dr. José Carlos para prestar qualquer esclarecimento adicional que queiram eventualmente esclarecido ou para algum agendamento que queiram fazer ou eventualmente para uma reunião na Escola. Gostava que conhecessem a vida da Escola e a importância que ela tem para Amarante. Em nosso entender, devemos todos cooperar, sem estarmos aqui com a bandeira deste ou daquele interesse e que acima de tudo vivêssemos o espírito da comunidade escolar".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, a senhora deputada disse que o problema de S. Simão é um problema político e não jurídico como disse o senhor deputado Dr. Araújo. O problema até se coloca com mais acutilância até porque na Freguesia de S. Simão continuam a fazer-se investimentos. Se aquela Junta está em gestão corrente, tem que ser a gestão que vem dos orçamentos do ano anterior e como tal não poderá haver novos investimentos a não ser que sejam aprovados em termos de Assembleia, que não está instalada. Esclareceu a seguir que esse dossier não foi tratado por ela no Partido porque quem o tratou diretamente foi o senhor Presidente da Comissão Política. Agora,

o que lhe vai dizer em nome do PS é que a responsabilidade de encontrar uma solução é da responsabilidade do PSD, que foi o Partido mais votado. Noutras Freguesias, como foi referido, o PS mostrou sempre disponibilidade. Num anterior mandato, no tempo do senhor Eduardo Pinheiro, o PS mostrou-se sempre disponível para encontrar uma solução, solução essa que foi a de impor um secretário e/ou tesoureiro de cada Partido. Quem ganhou as eleições é que tem de resolver o assunto. Não pode vir-se dizer que têm de ser os outros a resolvê-lo. Não é razoável que volvidos dois anos, não exista uma solução para a Freguesia de S. Simão.

Terminou a intervenção agradecendo a informação prestada pelo senhor Deputado Moura e Silva, mas como não vinha preparada para falar sobre o assunto da EPALC, o PS na altura própria, solicitaria os esclarecimentos que entendesse necessários.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado referindo-se à intervenção da oradora anterior disse-lhe que o problema é político. "Se a senhora deputada não está dentro do processo e não o conhece não devia falar nele.

Foi o PSD o único a procurar uma solução. E uma solução só existe quando do outro lado também há disponibilidade para a solução. Do outro lado nunca houve disponibilidade para a solução. Nem do lado do Movimento, com várias reuniões inconclusivas, nem do lado do PS, que nem sequer uma única reunião quis fazer. Portanto, assim é difícil encontrar solução. Nas soluções que o PSD viabilizou para o PS noutras Freguesias, não houve condicionamentos, nem solução nenhuma. O PSD pura e simplesmente, votou e viabilizou a solução no dia em que houve a votação dos órgãos. O PSD, e muito bem, deixou a democracia funcionar. Podia ter exigido um cargo no vosso Executivo, mas não exigiu nada.

Agora, é evidente que a Freguesia está em regime de gestão. Claro que a senhora deputada também deve saber que não há uma solução legal expressa para estas situações. Claro que a senhora deputada também deve saber que há vários casos neste país para os quais ainda não foi encontrada uma solução. Neste caso a solução é política e legislativa. É o legislador que está em falta. Há Juntas neste país que estiveram um mandato todo nesta situação, como por exemplo Stº Isidoro, aqui ao lado. Eu só disse que era jurídico neste momento, uma vez que já há uma denúncia no Ministério Público, junto do Tribunal Administrativo. Portanto a solução vai ter de ser jurídica".

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra a senhora deputada disse que existiram abordagens ao Movimento apenas um ano e meio depois das eleições. Mesmo assim essas reuniões não reuniram o consenso necessário para se tomar uma decisão validada por todos. Agora, o que devia ter acontecido, é que quem ganhou as eleições devia ter esgotado todos os meios para encontrar uma solução. Isso não aconteceu. E como não aconteceu o Movimento e os elementos do PS não tinham outra solução que não fosse colocar a questão a quem de direito para que possa tomar uma posição, porque quem está no órgão não o faz.

Agora, não é aceitável que se mantenha este estado de coisas em S. Simão sem que nada seja feito.

Trata-se de uma Junta de Freguesia que está em gestão corrente, com os poderes e as limitações de um órgão em gestão corrente. Há uma clara violação da Lei.

Quando não há condições para a instalação dos órgãos, deve devolver-se a palavra ao povo.

Neste tempo todo, têm orçamento? Têm contratos?

O órgão reúne as vezes que for necessário para atingir uma solução, não sendo possível, tem de se devolver a voz ao Povo.

Isto é a democracia a funcionar.

Mais um vez reafirmo que quem tinha obrigação de encontrar uma solução de governabilidade não o fez. Preferiu manter-se numa situação de manifesta ilegalidade.

Ninguém tem de ficar incomodado se alguém questionar a legalidade dos atos.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que ao nível local houve continuamente contactos. "Formalmente ao nível das direções da Coligação Afirmar Amarante, onde o CDS também esteve envolvido e do Movimento Amarante Somos Todos a reunião é que só aconteceu cerca de um ano depois. A nível local, concerteza que houve vários contactos porque as pessoas estavam ali todos os dias. A solução que foi proposta teve em conta a votação existente que era de 204 votos da Coligação Afirmar Amarante, cento e trinta e poucos do Movimento Amarante Somos Todos e 100 do PS. Quando nós negociamos com o Movimento propusemos um cargo no Executivo com o Movimento. Isto era uma proposta razoável. O Executivo tem três. Queria que propusemos dois e ficássemos em minoria? Isso é que é democracia? Nós fomos os únicos a propor uma solução. Nunca a quiseram aceitar. Ainda hoje se quiserem negociações, o PSD está pronto para tentar resolver o problema. Querem mais do que isto?"

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que vinha registar o conceito de democracia do Dr. Araújo. No mandato que anteriormente referiu, o que foi proposto ao PS foi que ficasse um membro de cada partido, um do Movimento e um do PSD. É esse o registo. Aí já não funcionou a democracia. "A falta de coerência da Coligação é muita senhor deputado".

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que foram eleitos três órgãos. Este assunto não é para discutir na Assembleia Municipal, mas sim dentro dos Partidos e também no âmbito de uma Assembleia de Freguesia. Provavelmente nem é legítimo discutir o assunto numa reunião da Assembleia Municipal até por respeito aos órgãos que legitimamente foram eleitos na Freguesia. A solução que lá existe parece ter toda a legitimidade jurídica. Portanto, neste momento a solução terá de passar pelos Tribunais.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que não devem atacar o PS, porque não foi o PS quem levantou esta questão. Agora, na Assembleia Municipal podem ser discutidos todos os assuntos com interesse Municipal, porque esta é soberana

para o fazer. A não instalação dos órgãos na freguesia de S. Simão é um assunto que merece a nossa intervenção. A questão de se saber se já devia ter sido discutido anteriormente ou agora pode colocar-se. Agora, a Assembleia Municipal é soberana para discutir todos os assuntos com interesse Municipal.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que quanto à questão da democracia, efetivamente que a resposta era para a Dra. Octávia. Quanto ao restante assunto a resposta era obviamente era para o Movimento e também para a Dra. Octávia.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então dada a palavra ao senhor **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, PROFESSOR JORGE MENDES**, que começou por dizer que o processo da rede elétrica em S. Lázaro já esteve concluído. No início do ano a EDP comunicou que já não tinha verbas para concluir o processo. Um outro problema que também se colocou foi a não colaboração dos particulares envolvidos. Quanto à eficiência energética está provado que é útil para todos. O equipamento é da EDP e a manutenção futura é também da sua responsabilidade.

Disse de seguida que a ETAR de S. Simão está neste momento em testes. As Águas do Norte tiveram alguns problemas de gestão e por isso têm atrasado o processo e alguns dos compromissos a que se propuseram. Pensa que a breve prazo entrará definitivamente em funcionamento.

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por referir-se à questão do apeadeiro da Estação de Gatão dizendo que curiosamente naquele dia teve oportunidade de falar com o senhor Dr. António Rodrigues da IP, atendendo a que esteve também com o senhor Presidente daquela instituição, o engenheiro António Ramalho, que acompanhavam o senhor Ministro Pedro Marques e que estiveram de visita às obras do túnel do Marão, uma vez que coincidiu com a última betonagem da obra. Aproveitou para lhes falar de alguns casos pendentes que têm que ver com a IP, sendo que um deles era precisamente este assunto do apeadeiro. Soube então que o assunto ainda não está resolvido. A obra está concluída, mas ainda não entregue a concessão do espaço para exploração do bar a nenhuma associação ou entidade privada. A Câmara podia abrir um bar. Para entregar o espaço a uma associação tem de pedir autorização à IP – Infraestruturas de Portugal, ex-REFER. Ainda estamos à espera de resposta positiva. Sabe que vai ser dada, mas ainda não foi passada a escrito. Por isso, é que hoje voltou a falar no assunto, porque isto já parece mal, dado que já decorreram dois anos sobre o pedido e até hoje ainda não há autorização.

Referiu-se de seguida às questões colocadas pelo senhor deputado Manuel Pinheiro, dizendo-lhe que é verdade que não há papeleiras no eixo central de Amarante, assim como alguns problemas nas caixas de abastecimento do gás. Estão a trabalhar de forma a resolver os problemas ali existentes, porque efetivamente eles carecem de uma solução rápida.

Quanto a S. Simão, não se vai pronunciar. Agora, o que pode dizer é que as pessoas de S. Simão podem contar a com a Câmara para a resolução dos problemas da Freguesia. Da mesma forma que estamos a fazer

investimentos nas outras Freguesias também os continuaremos a fazer em S. Simão.

Terminou a intervenção dizendo que vários Municípios intentaram uma ação por causa da verticalização das águas. Pessoalmente é contra, mas foi essa a posição que o Governo de então assumiu. Apresentou-se uma providência cautelar que foi indeferida. Não interpusemos recurso sobre esta matéria. Ainda não houve nenhuma reunião com os outros dez Municípios que na altura também interpuseram recurso.

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra, disse ao senhor Vice-presidente Jorge Mendes que se calhar ele não tinha toda a informação acerca da obra de S. Lázaro. "O que eu conheço do processo é que a EDP adjudicou a obra e o empreiteiro tinha de a iniciar. Não avançou porque a Câmara não esteve disponível para participar com a parte que tinham combinado". Disse que também ouviu falar em constrangimentos nas passagens e chegadas subterrâneas.

Quanto ao ponto da iluminação pública e uma vez que a Câmara não tem no protocolo nada acerca da manutenção, nada que comprometa a EDP nessa manutenção, o Município assume grande responsabilidade. As armaduras que foram colocadas, nomeadamente as de quatro metros, destinadas essencialmente à iluminação de jardins, locais muito sujeitos a vandalismo, onde o equipamento poderá ter de ser substituído muitas vezes e trata-se de equipamento muito caro. Ora, se a EDP não assume essa responsabilidade o Município virá a ter grandes custos. Aquilo que agora se tenha poupado, vai provavelmente ser gasto no futuro em manutenção.

Esta obra mesmo tendo sido financiada, não pode excluir a EDP da sua responsabilidade na manutenção e modernização da rede, porque num período médio de dez anos todo o equipamento terá de ser substituído com elevados custos para a Câmara.

Usou de novo a palavra o senhor **VICE-PRESIDENTE JORGE MENDES**, que disse que relativamente à questão da empreitada para o abastecimento de energia por via subterrânea, ela seria da responsabilidade da Câmara. Isso foi aliás discutido numa reunião com o Diretor da EDP para a região. Foi-lhe colocada a questão porque é que no espaço que competia à EDP eles não resolviam o problema, mesmo sabendo-se que a despesa era pequena? Confirmaram que não tinham verba para isso, mas que no final de 2015 a questão estaria resolvida. É verdade que também houve particulares que não colaboraram e por isso ainda estamos nesta fase.

Todo o material que foi utilizado na eficiência energética foi homologado pela EDP, pelo que não vê razão para que a EDP não possa assumir a sua manutenção.

Como não havia mais inscrições para intervenção neste período da Assembleia Municipal, passou-se de seguida ao período destinado às **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO**, cujos oradores se inscreveram previamente para esse efeito. Assim, começou por usar da palavra o senhor **ARTUR ANDRADE**, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: "Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Amarante, Ex^a Mesa, Ex^a Câmara. Srs. Deputados Municipais e Público.

Oito meses após o uso da palavra no período destinado ao público nesta Assembleia Municipal, queria apenas fazer quatro perguntas à Ex^a Câmara:

1 - Venho questionar a Ex^a Câmara de Amarante, sobre o ponto de situação quanto à divisão administrativa entre as Freguesias de Olo e Fridão?

2 - Em três de novembro de 2014 a CMA aprovou a compra do campo de futebol do Carvalhal em Fridão, o argumento principal foi a reformulação do entroncamento do Caminho Municipal 210 com a Estrada Municipal 750, dado que o Caminho Municipal 210, liga a Freguesia de Fridão a Olo e é o único acesso a uma grande área florestal e que em caso de incêndio os carros pesados e autotanques dos BVA não passam. Pergunto: em que ponto de situação se encontra o projeto?

3 - Em três de Março de 2015 após muitas queixas feitas por mim em Assembleias de Freguesia de Olo e Canadelo e após alerta da Junta de Freguesia à CMA por escrito, foi efetuada uma vistoria ao muro de suporte em betão à via pública no Caminho Municipal 210 junto ao rio Olo.

Após essa vistoria foi feita uma pequena intervenção e colocado uma massa nas fissuras para monitorizar o mesmo. A dita massa já estalou, o que significa que por mais pequena que seja o muro mexeu. É urgente uma intervenção mais profunda mas para minimizar no curto prazo deverá ser feito o desvio e correção da drenagem de águas pluviais que vêm todas ter ao largo do muro, com a colocação de um caleiro transversal e desvio de águas por valeta para o rio, o nivelamento do largo, bem como a colocação de mecos em pedra para evitar o peso de estacionamento em cima do muro que tem uma extensão de 50 metros e altura de 6 metros. Com certeza que esta intervenção não é cara e resolve o problema no imediato.

4 - Em 2017 a obra hidroelétrica do rio Olo irá celebrar 100 anos, gostava de saber em que ponto se encontra o processo de requalificação, e se não dará para aproveitar a infraestruturas existente nomeadamente o canal para uma obra similar à do passadiço do Paiva da central a açude e fazer uma intervenção nas margens do Rio Olo que ainda é considerado um dos mais limpos da Europa.

Obrigado e votos de um feliz Natal e um bom ano em 2016”.

Usou de seguida a palavra o senhor **DANIEL BESSA**, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: "Na última intervenção que proferi neste púlpito, fui violentamente insultado pelo Senhor Presidente da Assembleia, não é nada que alguns cidadãos não estejam habituados, pessoalmente é coisa que me ultrapassa, é para o lado que eu durmo melhor. Todos os dias para adormecer, ponho os fones nos ouvidos para ouvir a música pimba do Quim Barreiros.

Há um ditado popular já velho e alquebrado que diz o seguinte "**Não olheis para o que eu digo, mas sim, olhai para o que eu faço**". É a prova plasmada na ata dessa mesma Assembleia, ajusta-se ao insulto violento proferido pelo senhor Presidente.

Senhoras e senhores, tudo isto vem a propósito de nas minhas intervenções não fazer sangue, (**citar nomes**) como o senhor Presidente tanto gosta, mas só o farei, quando entender fazê-lo, e não por desafio do Senhor Presidente.

Nada me move contra as pessoas, "repito" nada me move contra as pessoas, mas sim contra o desempenho delas mesmas, quando essas mesmas agiram por má-fé, por vingança, por desrespeito para com o próximo, ou mais grave, para demonstrar o seu autoritarismo.

Ex^a Câmara, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, perante este insulto violento de que fui vítima, chegou a hora de dar à estampa alguns nomes de pessoas que praticaram atos ou colaboraram na prática deles.

Senhor Presidente da Assembleia, recorda-se que na qualidade de Presidente da Câmara, solicitou à funcionária municipal Ilda Bessa Pinto, para se encontrar uma solução pela paragem na construção do coletor nos terrenos de Alvellos (dos quais é herdeira), vindo de Mancelos. Tudo isto por culpa da Excelentíssima Câmara presidida por V^a Ex^a, não respeitou a herdeira que era e é funcionária desta Câmara, menosprezando-a e ignorando a sua reclamação, que foi feita atempadamente, como foi demonstrado a seu tempo (**é um velho hábito que se instalou e está difícil de erradicar**). Foi-lhe dito pela herdeira que era comigo mesmo que tinha de falar, porque não se sentia com total liberdade para defender a sua posição o seu interesse contra a entidade patronal.

Assim sendo o Senhor Presidente contactou-me telefonicamente, dizendo-me que era necessário encontrar uma solução para que a obra se concluísse, visto estar pendente há sete meses.

Aceitei reunir-me no local com V^a Ex^a desde que o Senhor Presidente, acede-se fazer uma visita a uma obra em construção que fazia partilha com os terrenos de Alvellos, a muito custo acedeu fazer a visita ao local da construção, chamado Monte das Pegas.

“Dizia eu na minha intervenção do dia 27 de Setembro de 2014, a fiscalização teria de cumprir a sua obrigação e não deixar construir uma casa maior do que o projeto aprovado”.

Senhor Presidente da Assembleia, na altura Presidente de Câmara, no local constatou que a construção não cumpria as normas legais, era maior que o projeto aprovado, tinha os pingantes a cair no terrenos de Alvellos, a varanda com a esquina dela mesmo em cima da linha de partilha, a porta da garagem a uma distância não regulamentar. A lei é clara, diz que qualquer construção para ser viabilizada, as portas varandas ou janelas, terão que recuar da linha de partilha, metade da altura do prédio, ou no mínimo três metros dessa mesma linha.

Senhor Presidente, no local e na companhia do assessor da presidência, senhor Rui Pedro, do senhor Eng.^o Vila Real e do Fiscal Joaquim de Vasconcelos, estando o meu filho também presente o Senhor Presidente, na hora ficou escandalizado com aquilo que estava a ver.

Solicitei-lhe para que mandasse retificar o que se encontrava construído ilegalmente, tendo-me dito que iria analisar o processo e falar com o proprietário. Ao fim de mais de trinta dias, foi-me dito pelo Senhor Presidente, que o dono da obra lhe tinha comunicado que não alterava nada do que estava construído.

Senhor Presidente da Assembleia, esta construção era e é de um funcionário desta Câmara que era Presidida por V^a Ex.^a chamado Paulo dos Reis Machado, tem a categoria de fiscal de Obras Públicas Municipais, foi fiscalizada pelo fiscal do urbanismo José Ferreira, a coberto da Senhora Eng.^a Susana Pereira, sobre as ordens do senhor Vereador do pelouro, tudo isto para cúmulo debaixo do olhar e do bigode do Senhor Presidente, “à época Presidente da Camara” Dr. Armindo José da Cunha Abreu.

Senhor Presidente, todos estes funcionários estavam e estão obrigados ao dever de cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos Municipais, “**mais**” o dono da obra tinha obrigações acrescidas por ele próprio ser fiscal municipal.

Senhor Presidente da Assembleia, “**na época**” na qualidade em que estava investido, não podia fazer vista grossa daquilo que viu. Fê-lo porque o dono da obra era e é um dos vossos da mesma cor política, andou e anda de bandeira na mão na campanha eleitoral. V^a Excelência à época depois de ter visto presencialmente a obra em causa, não devia ter permitido esta aberrante irregularidade, esta monstruosidade.

Que autoridade era esta que V. Excelência praticava?

Onde estava a autoridade de V^a Excelência que tanto apregoava e apregoa? Os votos falavam mais alto?

Outros valores se levantavam?

Era mais fácil prejudicar a herdeira Ilda Bessa Pinto, como vem sendo hábito (**como regra e não como exceção**), do que ficar com menos alguns votos nas urnas?

Pergunta: Senhor Presidente da Câmara vai ou não, seguir os mesmos passos o mesmo caminho do executivo anterior, vai ou não autorizar que outros debaixo das ordens pratiquem os mesmos atos, perseguindo-a e coagindo-a psicologicamente no seu local de trabalho, prejudicando-a deliberadamente na sua vida privada, como cidadã e como funcionária municipal.

Volto na Próxima Assembleia”.

Usou ainda a palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que na sua intervenção disse o seguinte: “Senhor Presidente quero dar-lhe nota que a iluminação no Campo da Feira está melhor que do que estava, embora se possa melhorar com a utilização de lâmpadas com maior potência, já que a iluminação embora melhor continua fraca; também o arruamento que vem das finanças e que dá acesso ao campo da feira, por falta de poda nas árvores, encontra-se mal iluminado.

Na última Assembleia em resposta à minha intervenção achei-o aborrecido, melindrado, chegando ao ponto de dizer que as intervenções do público dever-se-iam limitar a colocar questões e não desabafos, estados de alma, etc; mas senhor Presidente foi exatamente isso que fiz (coloquei-lhe 4 questões, embora reconheça que uma delas relacionada com a propriedade privada tenha sido de retórica e não dirigida a si em concreto), e portanto quem se deveria sentir “chateado”, “fulo” era eu, porque perante uma afronta destas e não podendo responder-lhe (não é permitido o diálogo) senti-me, diria, amordaçado; lembro-lhe que as questões eram relativas às medidas preventivas da barragem de Fridão, à fusão dos sistemas municipalizados das águas e sobre o Juiz Social; deixe que lhe diga o seguinte: admiro-o pela franqueza de mais que uma vez responder que não sabia a questões que lhe são colocadas nesta Assembleia, não é muito usual e isso joga a seu favor, todos reconhecem a sua simpatia, mas não confunda com empatia, digamos que a simpatia é a condição necessária mas não suficiente para criar empatia.

Gostaria de propor nesta Assembleia que se prestasse tributo a dois nossos conterrâneos que nos deixaram prematuramente, um ainda fresco na memória, o outro mais recuado no tempo, mas que tiveram a feliz coincidência de serem vizinhos (do Salvador), amigos (numa relação mestre/discípulo na área desportiva, do BTT), terem formação académica na área das engenharias

(um civil o outro eletrotécnico) e serem pessoas que pelos seus percursos de vida (curtos), pessoalmente só conheci o Pedro, quanto ao João Marinho “conhecia-o” da estrada (bicicleta) de passar um pelo outro, (infelizmente não tive o prazer de o conhecer), o concelho muito se deve orgulhar deles; se me permite vou ler umas coisas relacionadas com as pessoas em causa e no fim fazer um pedido a esta Assembleia: «**Pedro Gomes** nasceu a 1 de Agosto de 1970 na freguesia de Salvador do Monte, concelho de Amarante, onde veio a falecer no dia 31 de Março de 2002.

Durante a sua curta vida granjeou a amizade, a admiração e o respeito daqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver, pela sua simplicidade, humildade e jovialidade, pela completa abertura de alma ao próximo independentemente da sua condição social ou intelectual, pela sua retidão e nobreza de carácter.

Foi crescendo na idade e na sabedoria, orientando sempre a sua existência com base em valores que o permitissem enriquecer humana e espiritualmente, demonstrando sempre uma disponibilidade invulgar para ajudar os outros, para praticar o bem.

Se como homem foi um ser ímpar, como atleta é um exemplo a seguir. Entendendo o desporto como um complemento para o espírito, seguidor do lema “alma sã em corpo sã” e possuidor de capacidades físicas invejáveis, praticou várias modalidades amadoras, mas foi no ciclismo de BTT que mais se evidenciou, sendo o principal impulsionador desta modalidade no concelho de Amarante (podemos afirmar que João Marinho foi seu discípulo).

A este facto não será alheio o profundo respeito que nutria pelo meio ambiente e pela natureza, dos quais era um defensor intransigente. Na prática desta vertente ciclística semeou os valores de solidariedade, companheirismo, amizade e amor fraternal, demonstrando assim que o desporto une e não separa, aproxima e não afasta, devendo ser encarado como uma celebração e hino à Vida.» *(texto da autoria do Sr. António Navega, funcionário desta Câmara, escrito a propósito da atribuição do nome do Pedro ao prémio de juventude da prova de ciclismo Dr..Barreiros de Magalhães que se realizava cá (Prémio da Juventude “Pedro Gomes”).*

João Marinho tal como o Pedro é de Salvador do Monte também formado em engenharia apaixonado pela natureza e desportos a ela associados, o trail e o BTT; colecionou um currículo desportivo vastíssimo (apesar do seu precoce desaparecimento) que será fastidioso enumerar, todavia apenas referir como amostra várias S. Silvestre, maratona do Porto, 24h em BTT, Amarante-Fátima, Amarante-Serra da Estrela, Caminho Português e Francês a Santiago, Pequim em três dias, travessia do deserto de Gobi, etc, etc, etc.....

Neste momento gostaria de citá-lo de um diálogo havido entre ele e uns amigos de aventura e que de forma cristalina dá-nos a conhecer quem realmente era o João, como é que ele encarava a passagem por esta vida.

Trata-se de um “tratado” de psicologia, de um “doutoramento” psicológico/filosófico/existencial (impressão digital do seu espírito), “ouçamo-lo” então: «Na noite de passagem de ano entre muitas outras “atividades” discutiu-se a zona de conforto. Este tema veio à baila porque nesse mesmo dia passamos momentos complicados na Serra do Gerês devido à chuva, frio, vento e nevoeiro que tornou o nosso último treino de 2013 bastante desafiante digamos assim.

Vamos à definição científica: na psicologia, a zona de conforto é uma série de ações, pensamentos e/ou comportamentos que uma pessoa está acostumada a ter e que não causam qualquer tipo de medo, ansiedade ou risco. Nessa condição a pessoa realiza um determinado número de comportamentos que lhe dá um desempenho constante, porém limitado e com uma sensação de segurança. Segundo essa teoria, porém, um indivíduo necessita saber operar fora da sua zona de conforto para realizar avanços em seu desempenho -por exemplo no trabalho- eventualmente chegando a uma segunda zona de conforto.

Apesar de todos os que discutiram o tema serem desportistas, de terem feito diversas modalidades exigentes como ironman`s e ultramaratonas, a sua zona de conforto varia bastante. Se para uns sair da zona de conforto é desafiar as condições atmosféricas, por exemplo treinar com temperaturas negativas, ou com chuva. Para outros sair da zona de conforto é subir o batimento cardíaco de tal forma que se torna doloroso manter o ritmo/velocidade. Sair de casa dos pais na adolescência para ir trabalhar para ganhar para sustentar a família também foi considerado sair da zona de conforto. Apontaram o meu exemplo de atravessar o deserto de Gobi em autonomia e isolamento algumas vezes quase total, como saindo da minha zona de conforto.(...) disseram que coloquei a vida em risco com a travessia do deserto, que estava num lugar onde mais ninguém sabia que estava e que se acontecesse alguma coisa dificilmente seria resgatado. Apesar de ser verdade, mas nunca considerei que estava a sair da minha zona de conforto, mesmo passando sede e fome. Estava a gostar da sensação de estar ali no meio do nada, lidando com uma situação potencialmente perigosa, mas exponencialmente divertida...para mim! Cheguei à conclusão que a minha zona de conforto é a vida, são as experiências que nos proporciona, sejam elas “confortáveis” ou não.(...) a mente controla a zona de conforto e quem tem o poder da mente és tu! Abre a tua zona de conforto à vida, aos teus sonhos, às tuas paixões e nunca entrarás numa zona de desconforto.(...) a vida é a minha zona de conforto, seja a sofrer numa competição, seja a entrar em hipotermia numa montanha ou mesmo perdido no deserto. Conforto para mim é sentir-me livre, liberdade essa que me permite partilhar com vocês as intensas vivências nesta apaixonante viagem da vida.(...) quando um dia sair da minha zona de conforto é porque morri e isso não significa que seja apenas “morte” clinicamente falando, mas porque deixei de lutar pelos meus sonhos, porque deixei de ouvir as minhas paixões, porque deixei de ir atrás daquilo que me faz feliz e do que gosto»

Depois do que acabamos de ouvir, a respeito destes nossos conterrâneos, pedia que se atribuísse ao troço Amarante-Codeçoso o nome destes infaustos e valorosos Amarantinos. Obrigado”.

Terminadas as intervenções do público, o senhor Presidente da Assembleia, deu então a palavra ao **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer ao senhor Artur Andrade que de momento não tem uma resposta que lhe possa dar, uma vez que o assunto é da responsabilidade das duas Juntas de Freguesia envolvidas, Olo e Fridão. O mais que pode fazer é ser mediador, para se tentar uma solução.

Quanto à entrada para a estrada, disse-lhe que o projeto está já elaborado e a obra vai avançar. Estão, juntamente com a senhora Presidente

da Junta a identificar os proprietários que terão de ceder algumas parcelas de terreno.

Quanto ao muro que referiu, não tem hoje resposta para lhe dar. Irá ver o que se passa para ajuizar o que ali se poderá fazer.

Quanto às questões levantadas pelos outros cidadãos disse que não tem grandes respostas para lhes dar. Disse ainda que não se pode vir para as reuniões da Assembleia falar em estados de alma. Este não é o sítio certo. As pessoas devem fazer perguntas a que responderá, se souber, de imediato. Se não souber irá inteirar-se e responder-lhes-á logo que seja oportuno. Portanto, não está hoje preparado para responder a algumas das questões que lhe foram colocadas. Pediu, que de futuro, as questões lhe sejam remetidas antecipadamente para que na reunião possa ter respostas para dar a quem as coloca. Muitas das questões apresentadas foram em tempo deliberadas em reuniões de Câmara. Na sua opinião, não deve perguntar-se aquilo para o qual muitas vezes já se sabe a resposta.

Relativamente à bondade de colocar na ecopista os nomes de duas pessoas que foram importantes, não será fácil. Não quer dizer que não se possa prestar um tributo na Freguesia onde viveram, mas na ecopista será difícil., porque há toda uma lógica de funcionamento que vai até ao Arco de Baulhe, por isso entende que não deve ser mudado o nome da ecopista.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Como este assunto não tem de ser objeto de votação, passou-se de imediato ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NA FUNDAÇÃO REI AFONSO HENRIQUES

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

SILVIA MOTA – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O Movimento Amarante Somos Todos, MAST – quando confrontado com o assunto em discussão, manifestou desde logo sérias dúvidas.

Isto porque, já no passado o Município havia levado a cabo contactos aprofundados, que tinham na sua base a possibilidade de a final, a delegação da fundação em Portugal vir a ser instalada em Amarante.

Sucedem porém, que não obstante os esforços levados a cabo, o certo é que os mesmos não obtiveram uma evolução positiva.

Na sua génese, não se encontra assegurada a participação de pleno direito e nos termos do seu objeto estatutário, uma vez que, com assinatura do contrato de adesão em questão, apenas e só estamos perante uma forma de poder vir a aceder aos direitos autorais dos estudos de arquitetura elaborados

pelo Arquiteto Álvaro Siza, os quais como sabemos são agora pertença da referida fundação, pagando o respetivo preço em quotas anuais.

Pelo que votamos contra”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que era importante para Amarante concretizar um projeto do Arquiteto Siza Vieira. Por isso vão votar a favor.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

O PS também não tem qualquer objeção a fazer e por isso a sua bancada vai votar favoravelmente.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 4, Abstencões – 0, Votos a favor – 46**. Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA NA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS

Nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Por isso este ponto da Ordem de Trabalhos foi votado imediatamente, tendo-se apurado a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016 – A) RELATÓRIO; B) ARTICULADO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL; C) MAPAS DE RECEITAS E DESPESAS; D) PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO; E) GRANDES OPÇÕES DO PLANO; F) PAM E G) MAPA DE PESSOAL

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

O senhor deputado fez a seguinte intervenção: “Os documentos previsionais para o ano de 2016, hoje aqui em debate nesta Assembleia, constituem o instrumento político mais relevante da vida do Município de Amarante. Da análise dos mesmos é importante trazer a debate neste ponto as seguintes considerações:

As grandes opções do plano para ano de 2016 são um mero documento justificativo de forma a distribuir os recursos.

Este documento caracteriza-se por apenas “deixar acontecer o que está em curso”.

Na reunião de Câmara de 4 de Novembro de 2015 por altura da discussão destes documentos, é o próprio senhor Presidente da Câmara que alicerça esta ideia quando refere que “este é um orçamento das obras assumidas e não executadas, em termos financeiros”. E mais adiante, na sua intervenção, ainda é muito mais esclarecedor sobre esta matéria, quando assume que ... “É um orçamento apresentado num contexto de grande incerteza, dado que se desconhece o orçamento do estado e as grandes linhas orientadoras de gestão, em termos nacionais”...

Projetando de seguida para o mês de Abril de 2016 (momento em que ocorrerá a 1ª revisão do Plano) a possibilidade de incluir no orçamento novas obras com perspetiva de execução. Face a este posicionamento orçamental, não se percebe muito bem o aumento do orçamento em 5 milhões e meio de euros, comparativamente ao ano de 2015! Acresce ainda referir que este aumento não se reflete num crescimento relevante do investimento público no Município de Amarante.

Por outro lado, não se vê o desenvolvimento dos processos como o Parque da Cidade, a intervenção no Cine Teatro, a Requalificação da Avenida Alexandre Herculano ou a reabilitação das Piscinas Municipais. Matérias sobre as quais não se conhece rigorosamente nada. São meras sinalizações orçamentais que se vão arrastando, sem nenhuma vontade política de as executar.

O Partido Socialista identificou ainda alguns pontos que solicitamos um esclarecimento adicional:

1. Verba de 75 mil euros destinada a “Estudo de Requalificação da Linha do Tâmega”. O município de Amarante vai elaborar mais um estudo, sem antes conhecermos os resultados do estudo de viabilidade económica da Linha do Tâmega?

2. Obras na EB2,3 de Amarante - A quem compete a responsabilidade da execução da obra? Ao Município de Amarante? Ou ao Estado Português através do Ministério da Educação? Quais as vantagens do Orçamento Municipal arcar com o custo de uma obra fora do campo de ação das Autarquias Locais?

3. Escola P3 de Vila Meã - Somados os valores investidos e a investir na Escola P3 de Vila Meã (incluindo a aquisição de terreno para o edifício Pré Escolar), vamos encontrar um valor aproximado de cerca de 950 mil euros. Julgamos ser oportuno perguntar, se não teria sido mais correto construir um edifício novo, no 2º aglomerado urbano do concelho de Amarante?

4. Parque da Cidade/Florestal – Esta era a promessa mais emblemática da Coligação PSD/CDS na última campanha eleitoral. Assim, consideramos que os 270 mil euros inscritos para este ano, indiciam um frouxo sinal comparativamente à forte determinação apresentada nas ações e programa eleitoral de 2013.

Face a isto, gostávamos de colocar ao Senhor Presidente da Câmara duas questões:

1. Em que situação se encontra o protocolo com ICNF para este fim?
2. Se alguma vez, após a tomada de posse, o atual executivo encetou negociações com os proprietários dos terrenos contíguos ao Parque Florestal, necessários para a execução deste projeto, que se dizia na altura uma alavanca de outros projetos e simultaneamente um meio promoção da imagem de Amarante no exterior?

4. Empreendedorismo - Este orçamento dá especial relevo a esta área de atuação. Antes de mais era importante saber em que domínios queremos apostar? Se estes se situam no auxílio à criação do auto-emprego? Se é para potenciar oportunidades de negócio e emprego ligadas à economia local? Se o

objetivo é potenciar o aproveitamento dos recursos locais, nomeadamente nas zonas rurais do nosso concelho? Se visam criar ou potenciar redes que facilitem o acesso à informação relevante por parte das organizações que trabalham nestas áreas no concelho de Amarante a fim de encetar processos colaborativos entre elas e outras da região onde estamos inseridos.

Ex. Senhor Presidente; pessoalmente simpatizo com esta aposta, no entanto, julgo que até hoje, ainda não percebemos muito bem qual o designo estratégico que o Município tem neste domínio”.

RUI MIGUEL BORGES – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “O conjunto de documentos hoje em análise, devem reger-se por um conjunto de princípios fundamentais que pretendem assegurar uma efetiva coordenação entre administração central e local no plano financeiro e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro numa Autarquia.

Em 2013, nesta mesma Assembleia o Movimento Amarante Somos Todos na sua intervenção referia que este "documento deve refletir as opções de governação. No entanto, existem expedientes recorrentes em grande parte das Autarquias, que manipulam e falseiam a verdade orçamental".

O mecanismo usado era o empolamento das receitas resultantes de vendas de terrenos... Hoje recorre-se à abertura das mais diferentes rúbricas e ao longo do ano realizam-se os mais diferentes ajustes. No presente ano este executivo já realizou mais de 22 alterações orçamentais.

Este orçamento não traz a segurança, transparência e estabilidade:

Segurança porque olhando para o número de revisões orçamentais do presente ano, não é confiável que apesar de uma obra estar no orçamento a mesma possa ser executada;

Transparência porque o recurso a rúbricas "Outros", onde pode caber qualquer tipo de despesa, fique fora da visibilidade do órgão executivo e deliberativo;

Estabilidade porque não é um orçamento que possa ser visto como o documento guia das atividades do Município em 2016 dadas as contantes revisões ao longo do presente ano;

Este é pois um orçamento sem ambição incapaz de fazer um virar de página e nos colocar no caminho do progresso social e económico de forma a tornar este concelho numa referência para os Municípios.

Consideramos assim, que este não é o nosso orçamento e portanto o Movimento Independente Amarante Somos Todos irá abster-se”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que estavam à espera de questões de maior amplitude. "Não surgiram. Surgiram questões para a Câmara. Queria registar aqui que se o orçamento tem tantos problemas como aqui se ouviu falar, porque é que não votaram contra . É preciso ver aqui que nem o Movimento Amarante Somos Todos, nem o PS, votaram contra o orçamento. Abstiveram-se. Por outro lado, toda gente sabe que este orçamento foi feito num contexto de incerteza, das eleições que houve agora há pouco. O orçamento ainda não se conhece e daí a incerteza.

Eu felicito este Executivo por estar a pensar em todas as obras que anteriormente foram faladas, porque eu ao que me lembro, já no programa do PS de 2001/2005 vinha escrito que iam fazer as piscinas, vinha escrito que iam fazer as termas, o cineteatro e uma série de muitas outras coisas. Prometeram fazer tudo isto há muito tempo. Portanto, se este Executivo no terceiro orçamento já tiver isto previsto com a promessa que vai executar oportunamente, é bastante mais positivo do que aquilo que se verificou anteriormente.

Quanto ao Parque Florestal, os senhores deputados estão preocupados em que não se concretize. Será concretizado nessa parte. E se não for concretizado, a Coligação há de ser julgada pelo que não fez. Os senhores anunciaram muitas coisas durante mais de vinte anos e não as fizeram, coisas essas muito mais importantes do que aquelas que agora referem. O que é de realçar é o maior investimento de sempre nas Freguesias, uma coisa que sempre defendemos, que é o princípio de apoio às Freguesias. Já que ninguém realçou, realço eu e felicito a Câmara porque em termos globais esse investimento é aproximadamente de nove milhões de euros. Para nós, os objetivos estratégicos e programáticos estão a ser acautelados. Para além de nova arrumação que agora vem nas GOP's que agora são mais perceptíveis, vê-se a aposta na coesão social que foi aquilo que defendemos, vê-se o apoio às Freguesias que foi também o que defendemos, vê-se o apoio às atividades económicas, o empreendedorismo, a capacitação etc., aspetos que não existiam no anterior Executivo.

Como este apoio às atividades económicas, sendo a Câmara Municipal de Amarante um agente facilitador, que é o que está a acontecer agora em Amarante, e bem em meu entender".

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que não deixa de ser curioso ouvir observações sobre o caminho que Amarante está a seguir sobre a capacidade de executar ou não aquilo a que se propôs. Este ano houve algum atraso no prazo de execução de obras, mas elas vão ser feitas. Houve atrasos porque existiu alguma incapacidade no que diz respeito à área de projeto, que eu assumi logo de pronto para com quem de direito e que são senhores Presidentes de Junta. Por isso decidi concessionar fora os projetos para acelerar procedimentos. Houve agora muitas obras que começaram a avançar e infelizmente grande parte delas, algumas de maior intervenção tiveram de transitar para o ano de 2016. Não prejudicou nenhuma Junta porque as obras que estavam comprometidas para 2016, não têm nada a ver com as de 2015 e por isso irei realizar ambas. Se não houver dotação orçamental quando transitarem verbas iremos poder reforçar essas obras e poder executá-las em tempo útil.

Relativamente às obras que estamos a executar, como por exemplo uma que foi publicada hoje em Diário da República, que é a das Termas de Amarante. Esta é uma obra antiga e também dispendiosa mas vai avançar. Veja senhor deputado em dois anos vai avançar. Então há ou não capacidade para avançar com obras? Há sim senhor. Isto não se deve só a mim, deve-se a muita gente que trabalha para que isto aconteça. Isto é uma realidade. Não vai esperar mais vinte e cinco anos. Vai também avançar a obra do quartel da GNR. Mas diz-me assim: "já devia estar pronto". Tomara eu que as coisas

fossem feitas com essa celeridade. Mas não são. Mas neste mandato ficam prontas. E não são obras de meia dúzia de tostões. Os senhores sabem disso. Se a vossa lógica é dizer que ainda não começaram, elas vão começar como as obras estruturantes para as Freguesias. Muitas e muitas obras que entendemos como estruturantes. Podia citar duas ou três, mas elas estão no orçamento. Vem falar da Avenida Alexandre Herculano. Por acaso estamos a trabalhar nela, embora não estivesse na minha candidatura. Os senhores é que estão obcecados com isso, mas não apresentam uma solução. Deixe-me dizer-lhe senhor deputado que eu vou apresentar soluções. Estou farto de retórica. Eu quero ação. Façam sugestões. Digam como é que se faz. Pode crer senhor deputado que eu aceito as sugestões quando elas são dadas de forma séria e para ajudar o Município. Não é fazer aqui política da terra queimada. Se há uma coisa de que eu me orgulho é dizer-lhe que este Município vai na rota que eu tracei e toda a minha equipa, e vai no sentido positivo. Quando falamos se há política para a zona industrial, digo-lhe que há política. Estamos em projetos que são europeus. Um deles é o City Doctor que envolve onze cidades europeias, onde vamos estar inseridos. Vamos também ter agora uma equipa que vai trabalhar estas obras. Mas até agora temos estado a trabalhar, mesmo sem ter essa equipa. Quando se diz que este Executivo não faz, que é um marasmo, não é verdade e nisso estou muito à vontade. Acredito muito neste Município. Acho que os Amarantinos têm um grande futuro. É para isso que apresentamos um orçamento. Podem não ser os melhores orçamentos, mas são com vontade de concretizar, de fazer, de não andar a enganar seja quem for. Isso não faço. Acreditem que Amarante está a seguir no sentido certo. Vamos criar emprego. Vamos sim senhor. Já há alguns sinais que nos levam a acreditar que há a criação de algum emprego em Amarante. Mas o Presidente não estala os dedos e as coisas aparecerem feitas. É preciso convencer os agentes, fazer muitas reuniões, efetuar muitas deslocações. Mas eu vou conseguir porque estou determinado. Podem criticar, fazer a política da terra queimada que por mim estão perfeitamente à vontade. Não me importo de comparar, seja com quem for.

Relativamente ao Parque Florestal já fui várias vezes a Lisboa mas infelizmente ainda não tenho a solução. Continuo a trabalhar no problema e estou preocupado com o Parque. O acordo ainda não está assinado porque houve mudanças de posicionamento da parte do ICNF. Na altura era suposto fazerem um protocolo com o Município de Amarante, mas como há orientações diferentes por parte do Governo, não foi feito o protocolo. Há agora outro Governo e teremos de aguardar por novas orientações. É urgente começar a trabalhar no Parque Florestal e logo que haja oportunidade vai avançar-se com o projeto, porque este é um investimento menor, se comparado com o muito que vamos fazer em Amarante.

Quanto à EB 2/3 de Amarante, não sei se o senhor deputado sabe, mas a Escola precisa urgentemente de obras. Não é competência da Câmara resolver o problema, só que surgiu a oportunidade numa reunião que tive com a DGESTE e quando se falava em equipamentos escolares em Amarante e dos possíveis investimentos em Amarante eu e a senhora Vereadora de Educação demos nota que era importante que o Governo fizesse uma intervenção na EB 2/3 de Amarante. Nessa mesma reunião o senhor Presidente da DGESTE devolveu-me a questão dizendo: *“se o Município pagar a contrapartida nacional, metendo esta obra como prioridade no novo quadro*

os senhores aceitam?” Disse que sim porque não me importo de pagar a contrapartida nacional se eu conseguir fazer obras naquela escola que são muito prioritárias. O nosso lema, desde o princípio é que tudo o que tenha que ver com educação é prioritário. Se eu conseguir os 85% de financiamento e tiver que dar os 15%, eu dou os 15%, ou pelo menos faço a proposta à Câmara que depois julgará se quer ou não colaborar nesta decisão. É este o compromisso que assumi, mas depois em reunião de Câmara isto poderá ser decidido democraticamente. Por isso é que a rubrica está aberta e espero sinceramente avançar com a obra este ano.

Relativamente ao P3 de Vila Meã com uma verba de 900.000 euros, importa referir que o projeto inicial era de 4,5 milhões de euros. Só lhe digo isto, porque não vale a pena dizer-lhe mais nada. Se calhar com os 900.000 euros, vai dar resposta àquilo que é uma necessidade em Vila Meã. E não é só esta.

O senhor deputado Rui Borges entre outras coisas falou em alterações orçamentais. É verdade que há muitas alterações orçamentais, aliás sempre houve. Não sei qual é a sua área profissional. Se é a dos números deixe-me dizer-lhe o que estou a fazer para resolver esta situação. Vou definir de uma vez por todas o centro de custos no Município de Amarante. Inclusive no próximo dia 5 de janeiro vou ter um reunião com todos os Serviços para começar a definir as metodologias de trabalho para implementar de uma vez por todas os centros de custo. Eu próprio não quero andar a tirar de uma rubrica para meter noutras porque as "gavetas" não estão bem definidas. Mas isso demora tempo. A Câmara é uma organização muito grande, tinha determinados procedimentos que respeitou (adotou?) e que agora estamos a alterar paulatinamente. Daqui por algum tempo vamos saber quanto é que exatamente se gastou e como se gastou. Neste momento não se consegue fazer projeções para o futuro. Estas alterações orçamentais existem, mas não têm que ver com desnorte. Mas sim com a organização administrativa. Em 2017 haverá certamente outro rigor.

Relativamente às palavras do Dr. Araújo, disse-lhe que as obras das termas vão finalmente avançar e por isso espera que em 2017 já possam estar a funcionar, "Porque é esse o nosso desejo".

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que relativamente ao P3 concordava que se possa fazer uma obra de quatro milhões e meio de euros para aquele aglomerado. "Agora também podemos ajustar e fazer um novo projeto. Foi isso que quisemos dizer. É uma opinião. As pessoas têm direito a ter uma opinião aqui neste fórum, que pode não ser igual às do Presidente da Câmara. Há uma coisa que é importante referir – o senhor foi quem ganhou as eleições e por isso tem legitimidade para definir as prioridades para o concelho. Nós não queremos alterar isso. Não podemos é em nenhuma circunstância não fazer o debate político relativamente a uma matéria tão importante como é esta.

Gostava ainda que o senhor Presidente da Câmara me esclarecesse definitivamente quanto à questão da Linha do Tâmega porque em julho ou setembro o senhor disse que ia ter uma solução definitiva para este processo. Nunca nos disse

qual era o resultado do estudo de sustentabilidade. Agora apresenta um outro estudo no valor de setenta e cinco mil euros. Até pode ter razão, mas o que

nós queremos perceber é como é que isto funciona. Ainda ninguém me explicou qual é a grande vantagem de mudar de linha estreita para linha larga. Por aquilo que já li, fiquei a saber que a manutenção de uma linha estreita é muito mais barata. Na Europa, nomeadamente em países como a Espanha e a Suíça as vias de linha estreita funcionam muito bem. Por exemplo, a linha do Vouga recentemente reaberta, em 30 de setembro, com mais viagens, com mais horários e com uma distância de 14 Kms está a funcionar muito bem. O que tem é melhor material, o que faz com que tenha mais conforto. Temo senhor Presidente que os responsáveis da IP estejam a usar a Câmara de Amarante para justificar de uma forma tecnocrata o encerramento definitivo da linha. Posso não ter razão, mas temo isso".

JOSÉ LUÍS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, referindo-se às palavras do orador anterior, disse-lhe que não ia fazer mais nenhum estudo de sustentabilidade, pelo menos nesta linha de pensamento, a não ser que depois da decisão tomada tenha de ser feito algum projeto para executar a obra. Relativamente à discussão entre saber se é melhor a linha estreita ou linha larga, não vai entrar nessa discussão. Acrescentando de seguida "Só lhe quero dizer que o comboio que chega à Livração pode vir até a Amarante. Qual o ganho que poderá haver? Nada muda e não é preciso outro equipamento. Apenas, gastando mais dez minutos fará um prolongamento até a Amarante, o que baixa os custos. O pessoal é também o mesmo. Portanto, em termos de gestão esta é uma boa medida. A gestão de sustentabilidade tem a ver com toda a rede que se pretendia para a zona norte. O Governo que agora toma posse tem no seu programa a possibilidade de reavaliar a linha do Tâmega. Portanto deixe-me agora ver qual é a orientação deste Governo. Sei um pouco de qual é o pensamento da IP relativamente a esta matéria. Falta perceber qual é a vontade deste Governo. Se o Governo quiser apostar claramente no desenvolvimento da ferrovia em Portugal, vai ter de olhar também para a linha do Tâmega. Agora depende qual é a estratégia que o Governo vai seguir. Daí, que tenha de fazer um compasso de espera para poder falar com eles. Eu sempre disse aqui nesta casa duas coisas – eu defendo uma solução que é a continuidade do comboio. A segunda solução é converter aquilo para um canal e ter um veículo mais leve a poder fazer o transfere de vinte em vinte minutos, que fará a ligação à linha do Douro.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que gostava que fossemos claros aqui nesta matéria até porque eu não sofro de nenhuma inveja política. Quero que o senhor Presidente tenha muito sucesso, para que o comboio não desapareça em Amarante. Mas, é ou não verdade que linha do Tâmega encerrou? É que eu ouço muitas informações, mas nunca ninguém foi claro. Vejo informações por parte da antiga CP, hoje IP, que a linha está encerrada, mas o senhor Presidente da Câmara nunca foi claro relativamente a esta matéria".

JOSÉ LUÍS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse ao orado anterior que já não via comboios há muito tempo a circular em Amarante. "Agora não sei se o senhor os costuma ver. Eu não sei onde é que quer que eu

seja claro. A linha já fechou há muito tempo, ou tem dúvidas disso. Não sei onde o senhor quer chegar, mas de certeza que está equivocado”.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, disse que “correndo o risco de ver passar os comboios, venho aqui dar a minha opinião breve. Eu julgo que para contribuir para aqueles que querem trazer tranquilidade ao futuro da linha do Tâmega, porque a pessoa que suspendeu a circulação na linha do Tâmega era na altura Ministra da Terra. Agora é Ministra do Mar. A senhora fez um compromisso perante nós, e aqui faço justiça ao senhor Presidente da Câmara, que na altura também ficou surpreendido, porque o Executivo não sabia, ninguém sabia. Mas o que é verdade é que foi suspensa a circulação da linha do Tâmega. Na altura a pessoa que suspendeu, a pessoa que encontrou os argumentos que considerou válidos para suspender, que veio a Amarante fazer uma reunião com a Câmara e com os senhores Presidentes de Junta, não tenho dúvidas que vai ser a melhor parceira para que o Executivo quanto mais vezes bater à porta mais vezes será atendido e acredito sinceramente que essa pessoa nos vai ajudar a vencer esta dificuldade. O problema hoje já não está com o senhor Presidente da Câmara. O problema hoje está no Terreiro do Paço em Lisboa.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, disse que em parte o senhor deputado Moura e Silva respondeu à sua questão. O histórico disto é que agora a Engenheira Ana Paula Vitorino foi quem suspendeu a linha do Tâmega. Posteriormente a isso houve a possibilidade de termos um estudo de viabilidade da Linha no sentido de ver se era possível reabri-la. Por isso o processo parou, mas houve sempre esta esperança que foi alimentada nestes quatro anos. Isto é o histórico e mais nada que isso.

De seguida usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia, Dr. ARMINDO ABREU**, dizendo que há mais um pequeno problema que se chama Diário da República que também vai publicando umas leis, que vão sendo cumpridas e realmente a linha do Tâmega foi desarticulada. Foi desarticulada por lei e não pela Engenheira Ana Paula Vitorino e também não o foi pelo Secretário de Estado que veio a seguir. É tudo uma questão de ler o Diário da República porque está lá a informação toda.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstencões – 26, Votos a favor – 24**. Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2016

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Por essa razão passou-se de imediato à votação, tendo resultado a aprovação do mesmo por **Unanimidade**. Foi ainda votado em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE 500.000 EUROS PARA A AQUISIÇÃO DE UM IMÓVEL DESTINADO A PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM SANTA LUZIA

Relativamente a este ponto começou por usar da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que pretendiam projetar a requalificação de Santa Luzia. Há ali alguma desordem e por isso é importante começarmos a ter um parque de estacionamento que como sabem é um projeto já antigo e que tem a ver com a recuperação do Solar dos Magalhães. A este propósito, quero dizer que na semana passada assinei o acordo de transferência dos direitos do projeto do Arquiteto Siza Vieira para aquela zona. Da Fundação já transitou para o Município de Amarante. Já reuni também com o senhor Arquiteto Siza Vieira, tendo ficado agendada uma outra reunião para o dia 19, para começar a definir as linhas de trabalho a desenvolver para o Solar dos Magalhães, onde será edificado o Museu da Cidade. É importante começar a trabalhar e a aquisição deste parque de estacionamento surge nesse seguimento. Nós temos de arranjar estacionamento e daí a razão de apresentar agora esta proposta. Se for vossa vontade viabilizar e para que isto tenha efeitos práticos tem que ser aprovado por maioria absoluta. Não basta uma maioria relativa. Tem que ter 27 votos, para surtir efeitos práticos.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que queria confirmar junto do senhor Presidente da Assembleia se é necessário que este assunto seja aprovado por maioria absoluta de deputados em efetividade de funções, e nesse caso, conforme diz o senhor Presidente da Câmara exigirá o voto de 27 deputados? As abstenções não contam? Agradecia então que o senhor Presidente da Assembleia desse esse esclarecimento antes da votação.

Quanto à matéria em si, a requalificação de Santa Luzia, incluindo a parte do Solar dos Magalhães, disse que ainda se lembrava do programa do PS de 2009 que contemplava a obra de adaptação do Solar em Museu da Cidade. Com um projeto de Siza Vieira, a obra será ainda de maior importância para Amarante. Nesse caso é necessário tirar o estacionamento a Santa Luzia, nomeadamente em frente aos Correios. O Parque que ali existe, embora sendo grande já não tem capacidade para albergar mais estacionamento.

Segundo eu vejo na proposta trata-se de um parque com 4 pisos e 103 lugares, passível ainda de aumentar a capacidade de estacionamento. Houve uma avaliação por uma entidade independente, feita por um perito que avaliou o edifício em 614.000 euros. O preço para a sua aquisição é de 500.000 euros. A taxa de juro indexada à Euribor a três meses. O spread é de 1,17. Como neste momento a Euribor está em valores negativos, parece ser razoável adquirir o parque. Há muito tempo que também é necessário adquirir espaço para estacionamento no Arquinho e na Avenida Alexandre Herculano. Aliás perdeu-se a oportunidade porque quando houve intervenção no Arquinho se calhar também se podia ter pensado nisso. Agora, é preciso fazer e não empatar. Perante tudo isto sugiro à nossa bancada que vote a favor.

Terminou a intervenção a dizer que apesar de alguns não gostarem, constata que Amarante está em festa, está alegre, dinâmica, o que tem feito

com que muita gente venha a Amarante. "Espero que continue assim. Desejo a todos umas bBoas Festas de Natal e um Bom Ano para todos.

LÚCIA COUNTINHO – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: "O agendamento deste ponto nº 6 que visa deliberar sobre a Proposta da Contratação de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €500.000,00 para a aquisição de um imóvel destinado a parque de estacionamento em Santa Luzia suscita-nos dúvidas, que passamos a explanar.

Este ponto da ordem de trabalhos é instruído com duas deliberações do executivo, uma de 14.12.2015 e uma outra de 26.10.2015.

Na deliberação de 26.10.2015, aparentemente, a Câmara deliberou aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara e deste modo a aquisição do parque de estacionamento.

Na deliberação de 14.12.2015 a Câmara deliberou aprovar a contratação do empréstimo a médio/longo prazo no montante de €500.000,00, nos termos e de acordo com o relatório do Júri do procedimento e remeter à AM para aprovação.

O que acabo de expor, que parece límpido e cristalino, torna-se mais nebuloso se confrontado com o teor da ata do executivo com o nº 43, a de 26 de outubro, em que, após a alegação e indicação pelo vereador Dr. Pedro Barros de vícios de agendamento e pugnando pela não discussão e deliberação desse ponto, o Sr. Presidente de Câmara referiu, e cito "ser uma pré-decisão no sentido de ser despoletado o processo de empréstimo, que será objeto do Tribunal de Contas. Relativamente à questão do negócio – compra e venda – ela correrá em paralelo e a sua aquisição será objeto de deliberação do órgão Executivo".

Ideia reforçada por outros Senhores Vereadores que intervieram na discussão desse ponto em que se fala " para eventual aquisição de imóvel " em " iniciar processo com vista à contratação do empréstimo para eventual aquisição", concluindo o Senhor Presidente que a "aquisição do imóvel só será efetuada, *a posteriori*..."

Ou seja, resulta da discussão que foram efetuadas alterações à proposta inicialmente apresentada. Acresce que, ao que sabemos, a proposta de aquisição do parque de estacionamento coberto foi discutida e deliberada na reunião de Câmara do passado dia 14 de dezembro e não na que instrui a presente proposta. Ora a ser assim, esta proposta está mal instruída e mal fundamentada devendo daqui ser extraídas as necessárias ilações.

Posto este aspeto procedimental, os membros do Movimento Independente Amarante Somos Todos mantêm as reservas e as dúvidas que já foram sufragadas no órgão executivo sobre esta matéria.

Parece-nos regra básica e elementar que uma proposta de compra e venda de um imóvel identifique os elementos essenciais do negócio: objeto, vendedor, preço, e condições de pagamento.

Neste particular apenas sabemos o preço e de forma não devidamente documentada o seu objeto. Note-se que nas atas onde este ponto foi discutido não há qualquer referência à identidade do vendedor.

Subscrevemos nesta Assembleia as reservas do Vereador Dr. Amadeu Magalhães presente na reunião de Câmara do passado dia 14 de dezembro e reiteramos que por princípio não somos contra a compra do imóvel em causa.

Somos da opinião que previamente à decisão a tomar deveria existir um estudo técnico de mobilidade que há-de ser definido de forma estratégica, concertada e sustentada para o concelho e cidade de Amarante.

Não existindo neste momento, apesar de sabermos que o mesmo se impõe, tal estudo, que há de implementar políticas que visem a mobilidade sustentada e ainda promover o desafio, colocado a todos, incluindo à sociedade civil, na nova cultura de mobilidade com profunda alteração de comportamentos, entendemos não estar justificada, neste momento, a necessidade de compra do imóvel e as necessidades de estacionamento.

Pelas razões expostas não podemos deixar de votar contra a proposta de contratação do empréstimo que pressupõe a aquisição do parque de estacionamento”.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que o que está aqui em discussão é a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 500.000 euros. É sobre este assunto que a Assembleia tem de se pronunciar uma vez que a questão de aquisição dado o valor em causa, é da competência da Câmara. Porventura o PS teria algumas questões a colocar caso o assunto viesse a esta Assembleia relativamente à questão da compra. A primeira pergunta que se coloca tem efetivamente a ver com a oportunidade da aquisição porque entendemos que aquela era a nossa opção política. Haveria certamente outras questões mais prementes. De qualquer das formas não é essa a questão que está aqui em discussão pelo que não nos pronunciaremos sobre isso, embora reconheça que uma coisa está ligada à outra. Relativamente à questão da contratação de um empréstimo, entendemos não se justificar. Não vemos necessidade na sua contratação dada a boa capacidade financeira da Câmara neste momento. À semelhança daquilo que ainda muito recentemente aconteceu com um outro empréstimo, o PS vai manter a mesma postura do passado e como tal vai abster-se.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra o senhor deputado disse que para que fique o registo e não existam no futuro interpretações perversas da omissão, o seguinte: "Li os documentos e fiquei com algumas dúvidas. Li os documentos e vi a posição dos vários grupos parlamentares, bem como dos membros do Executivo. Em relação à mobilidade na zona de Santa Luzia fiquei com uma dúvida. Provavelmente o edifício está licenciado. A Câmara Municipal de Amarante, no âmbito da construção do edifício já sabia que o espaço era uma garagem. Se assim foi, teve de certeza em consideração algumas questões relevantes, nomeadamente a mobilidade, porque de facto a rua é estreita, e não há condições de circulação. Eu ultrapassei esta dúvida recorrendo a este exercício de que provavelmente o Executivo na altura teve em conta essa preocupação. Depois, também parece que faz sentido, porque no processo de intervenção no Solar dos Magalhães, faz todo o sentido que se retirem dali os carros.

Em relação aos custos vi os pareceres e eu próprio consultei particularmente alguns avaliadores e também me parece que o preço não é

alto. O adiamento na aquisição pode vir a agravar o preço e um dia terá o Município de suportar um preço muito mais levado. Portanto, assim sendo, como o investimento tem de ser para um bem duradouro, por princípio, também não me vou opor à contratação do empréstimo".

VITOR REI – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que "era do tempo em que o senhor Presidente da Câmara de então dizia que quem assinava os cheques era ele". "Eu não quero interferir na questão da votação e cada Partido decidirá o que fazer. Mas é bom que fique claro que para o empréstimo ser concedido é necessário que seja aprovado por maioria absoluta dos membros efetivos desta Assembleia. Obviamente que se o Município não puder fazer esta contratação, mas se vier na mesma a comprar o parque de estacionamento, o dinheiro vai ter de ser retirado de algum lado. Por estas razões, coloco o problema à consideração dos senhores deputados".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que: O processo de aquisição é da competência da Câmara, competência essa que penso esteja subordinado a um pré-requisito. Eu não sei se foi subordinada a aquisição contra a obtenção de um empréstimo, ou seja, a Câmara só comprará com empréstimo. Deve ficar registado que quer o Movimento, quer o PS são os responsáveis por não se adquirir aquele espaço, caso não se contrate o empréstimo. É preciso que também fique registado que os senhores Vereadores do PS votaram favoravelmente e o do Movimento absteve-se.

A contratação do empréstimo tem a ver com uma questão de gestão. A Câmara tem capacidade de endividamento, mas pode fazer um empréstimo. Está aqui a ser limitada a faculdade que deve ser atribuída à Câmara em processos de gestão. No anterior mandato nunca foi inviabilizado um empréstimo por não haver maioria, apesar da lei já nessa altura existir. Nós nunca usamos essa prerrogativa. Parece-me que aqui já não há qualquer justificação política para isso. Não querem que a Câmara tenha dinheiro ou faça coisas, mas vão ter de suportar. Se não fizer esta hão de fazer outras".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

Se o empréstimo é uma questão de gestão hoje, também o era no passado. No passado era V. Exa. Dr. Araújo que numa conjugação de esforços com o Movimento Amaramarante e quando estava feita a proposta pelo então Presidente da Câmara para a aquisição da quinta dos Morleiros, aprovada em reunião do Executivo, foi depois chumbada na Câmara quando se pretendeu contratar um empréstimo para a sua aquisição. Portanto, o registo é exatamente o mesmo. Cada um tem de assumir suas responsabilidades. Quando a aquisição vai à Câmara Municipal, aquilo que a Bancada do PS vai solicitar de agora em diante, quer ao senhor Presidente da Câmara, quer aos senhores Vereadores, é que todos os assuntos que depois estejam dependentes de uma outra deliberação sejam efetivamente votados em bloco porque não faz sentido que a Câmara delibere uma aquisição e que depois a

pretenda fazer e a mesma já não esteja subentendida. Deve o assunto ser votado em conjunto e fica aqui a sugestão para que estas questões sejam discutidas em conjunto.

De qualquer das formas a postura do PS vai manter-se e ser coerente com a decisão que foi tomada na Câmara e por isso vai abster-se na Assembleia.

Disse ainda ao orador anterior que embora ele entenda que não, o PS regozija-se por Amarante estar bonita e em festa. Também nos regozijamos que as obras sejam feitas nomeadamente aquelas que o senhor Presidente da Câmara elencou, entre as quais destacou as Termas que já se encontram a concurso. O PS não ficou triste por ver as obras avançar. Gostaria de ver outras, porque é legítimo e porque também tenho legitimidade para o fazer.

Gostaria também de desejar umas Boas Festas e Bom Ano de 2016 para todos.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que "Aa que se lembrava a aquisição dos Morleiros tinha outro problema que era o de não se saber qual o fim para que seria utilizado. Agora o fim está definido, porque um parque de estacionamento é para estacionar. É diferente num assunto destes a abstenção dos senhores Vereadores do PS na Câmara do que a abstenção dos senhores deputados aqui na Assembleia porque se a aquisição estiver condicionada à obtenção de um empréstimo, para haver coerência política na Assembleia então os senhores Vereadores do PS deviam ter votado contra na Câmara, porque no fim e pragmaticamente vai dar tudo ao mesmo. Eu não estou a dizer que tenha havido um processo de intenções, mas no final para que o resultado seja a inviabilização do empréstimo pelos senhores deputados do PS, a votação dos senhores Vereadores, e na minha modesta opinião, devia ter sido contra, para que o resultado fosse coerente politicamente".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

Disse que foram aprovadas duas propostas completamente diferentes na Câmara sendo que uma não está dependente da outra. Na nossa opinião, o facto de nós termos tomado a mesma posição que tomou o PS no Executivo Municipal, não colide nem inviabiliza rigorosamente nada. De qualquer das formas não houve aqui nenhuma intenção, até porque de futuro a sugestão do PS é que todos estes assuntos quando uma deliberação está dependente da outra sejam votados em conjunto. Não faz sentido separar estas duas deliberações quando no fundo estão interligadas. Reitera que o PS irá manter a posição dos Vereadores na Câmara e que se irá abster, assumindo as suas responsabilidades.

Usou de seguida da palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, para dizer que esta proposta tem de ser votada por maioria absoluta, o que se significa que tem de ser aprovada por 50% mais um dos elementos em efetividade de funções. Para que esta proposta seja aprovada é necessário que vote favoravelmente metade dos membros da Assembleia mais um.

Por outro lado, devia constar na deliberação de Câmara que o empréstimo de 500.000 euros era para contratar à Caixa Geral de Depósitos, porque o que efetivamente se vai votar é um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos.

Passou-se então à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 4, Abstencões – 21, Votos a favor – 24**. Como não foi obtida maioria absoluta a proposta de empréstimo foi chumbada. Para que isso surtisse efeitos, foi ainda votada em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO IET

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra tendo por isso sido de imediato votado. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstencões – 4, Votos a favor – 46**. Foi ainda votada em minuta para produzir feitos imediatos, por **Unanimidade**.

Como não havia mais nenhum ponto na agenda de trabalho, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram vinte e três horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O
PRESIDENTE _____

O **PRIMEIRO**
SECRETÁRIO _____

O **SEGUNDO**
SECRETÁRIO _____

